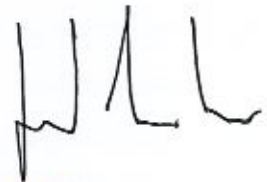


Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

Em concordância com o
propósito, de permitir a abertura
do procedimento de classificação
de Minas Monumental.

2024.1-13



João Soalheiro
Presidente
Património Cultural, I.P.

concordo com a proposta de
abertura do procedimento de
classificação de âmbito nacional.
A consideração superior
pode ser feita em sede
de DICA/2023/11-06/2/CL/915

INFORMAÇÃO: 24/DBC/DICA/2023

DATA: 18.04.2023 CS: 1665900

PROCESSO: DICA/2023/11-06/2/CL/915 - CS 247396

ASSUNTO: Proposta de abertura do procedimento de classificação das Minas d'Água da Ajuda -
Minas do Palácio e do Mirante, em Lisboa, freguesia da Ajuda, concelho e distrito de
Lisboa.

1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural), nomeadamente o disposto nos artigos 17.º (Critérios genéricos de apreciação)¹, 43.º (Zonas de proteção), 44.º (Defesa da qualidade ambiental e paisagística) e 52.º (Contexto).

¹ Critérios genéricos de apreciação: Para a classificação ou a inventariação, em qualquer uma das categorias referidas no artigo 15.º, serão tidos em conta algum ou alguns dos seguintes critérios: a) O caráter matricial do bem; b) O génio do respetivo criador; c) O interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso; d) O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos; e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem; f) A conceção arquitetónica, urbanística e paisagística; g) A extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da Memória coletiva; h) A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica; i) As circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

- **Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro**, (estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda), nomeadamente o disposto no artigo 21.º (Interesse cultural).
- **Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho** (estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal), que introduz um mecanismo de controlo prévio e de responsabilização em relação a todas as obras ou intervenções no património cultural.

2. ASSUNTO

- 2.1. A Junta de Freguesia da Ajuda (JFA) enviou, em 05.01.2023, a “Proposta de classificação das Minas d’água da Ajuda – Minas do Palácio e do Mirante”. O pedido de classificação apresenta-se particularmente bem instruído, com ‘Requerimento inicial do procedimento de classificação de bens imóveis’ constituído por 90 páginas, em que se caracterizam, entre outras, as duas minas alvo de proposta de classificação, do ponto de vista arqueológico, histórico, arquitetónico e construtivo, com recurso a elementos iconográficos (plantas e fotografias) e exaustiva bibliografia, referenciando, na medida do possível, o seu estado de conservação. O estudo foi elaborado por equipa pluridisciplinar que inclui um arqueólogo, dois arquitetos, um historiador e dois técnicos auxiliares².
- 2.2. Esta proposta surge na sequência do “Colóquio Ajuda, o espaço, o tempo, a sociedade”, realizado no Palácio Nacional da Ajuda, em outubro de 2018, numa iniciativa conjunta do Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL), do Gabinete de Estudos Odisiponenses (GEO), do Departamento de

perenidade ou da integridade do bem. Critérios complementados pelos valores de memória, antiguidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade, elencados no n.º 3 do artigo da mesma lei.

² Para ser uma proposta exemplar só faztou apresentar o traçado das minas em planta com a dimensão adequada à sua correta leitura.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

Desenvolvimento e Formação (DDF) da Câmara Municipal de Lisboa, da JFA e da Direção Geral do Património Cultural (DGPC)^{3/4}.

- 2.3. Entre as razões invocadas para a sua classificação, refira-se que «As Minas do Palácio e do Mirante, numa parte significativa, detêm ainda visíveis à superfície (entre Monsanto e Polo Universitário da Ajuda) todos os seus elementos, destacando-se, para além dos diversos poços de visitação e respiradouros, o aqueduto com porta de acesso   superfície, situado junto ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Desta infraestrutura faz parte ainda um espaço de armazenamento designado como Arca d'água, que se encontra na zona dos anteriormente referenciados "Telheiros da Ajuda" com acesso pela Rua do Mirante. A identificada, Mina do Palácio, com todos os seus elementos integrantes, constitui a unidade principal de um sistema hidráulico criado para abastecimento da zona palatina da Ajuda, remontando aos séculos XVIII e XIX, sistema contemporâneo da constru o do Aqueduto das  guas Livres. N  obstante a mesta se inserir em zonas de prote o, designadamente a ZEP do Palácio Nacional da Ajuda e da zona circundante do Palácio Nacional da Ajuda (Jardim das Damas, Salão de Física, Torre Sineira, Paço Velho e Jardim Botânico) e APA – Parque florestal de Monsanto – Zona Monumental da Ajuda / Belém, todo o seu conjunto se encontra envolvido por edifica es de g nese ilegal que tornam invisível a presença desta estrutura arquitet nica histórica, desligando-a do sistema do qual   parte, sem qualquer indica o, carecendo de um sistema interpretativo que informe sobre a sua valência patrimonial e histórica. Atualmente a Arca d'água, encontra-se muito descaracterizada pelas constru es envolventes e entulhos diversos, dificultando e escondendo o acesso a esta estrutura. // **O desconhecimento e esquecimento deste importante elemento hidráulico**

³ De entre os diversos estudos que constam das "Actas do Colóquio",   de relevar a comunica o «Freguesia da Ajuda, Memória e Marcas da água no Tempo e no Espaço», do historiador Nuno Ludovice, de grande interesse para o tema em análise.

⁴ «Paralelamente, uma parte deste reconhecimento no terreno foi executado pela Junta de Freguesia da Ajuda, consubstanciando num documento interno realizado em 2019, intitulado "Relatório de identifica o do local e do estado de conserva o das constru es ou equipamentos", in *Requerimento Inicial*, p. 10.

encontra-se em sérios riscos de desaparecer, sendo neste enquadramento, que o Grupo de Trabalho criado para a elaboração desta proposta de candidatura com vista à urgente salvaguarda patrimonial deste património hidráulico, justificando a seleção da Mina do Palácio para efeitos da sua classificação como estrutura nuclear do sistema hidráulico de abastecimento de água à Ajuda, com intrínseco valor patrimonial, ambiental, cultural e histórico»⁵.

2.4. Atendendo a que a proposta de classificação não apresentava o traçado das minas em planta com a dimensão adequada à sua correta leitura, em 09.03.2023 enviámos um pedido, via correio eletrónico, à JFA, endereçado ao Arquiteto Simão Leandro, a solicitar esses elementos. Por resposta, via correio eletrónico, de 17.03.2023, a JFA enviou-nos vários documentos em aditamento ao processo, que discriminamos:

- Adenda ao pedido de classificação das minas d’água da Ajuda – minas do Palácio e do Mirante com iconografia vária da arca d’água / cisterna da mina do Palácio (desenhos e fotografias atuais);
- Planta com marcação das minas do Palácio e do Mirante, sobre cartografia atualizada, na escala 1:2500;
- Parecer do Professor Engenheiro António Carmona Rodrigues;
- Parecer do Professor Engenheiro José Manuel Pereira Branco de Mascarenhas.

2.5. A adenda enviada vem confirmar a suspeita que explanamos na presente informação, acerca da existência de uma ligação direta entre a arca d’água e o Jardim das Damas (Cascata Grande). Vem relevar ainda a importância arquitetónica da arca d’água, uma vez que foi possível aceder ao seu interior (ver fotografias na ‘Adenda ao pedido de classificação’).

2.6. Os pareceres dos professores António Carmona Rodrigues e José Manuel Mascarenhas são contundentes acerca da importância (e conseqüente reconhecimento e proteção, nomeadamente pelo ato de classificar) dos sistemas hidráulicos relacionados com o Palácio Nacional da Ajuda, particularmente da Mina do Palácio e respetiva arca d’água / cisterna.

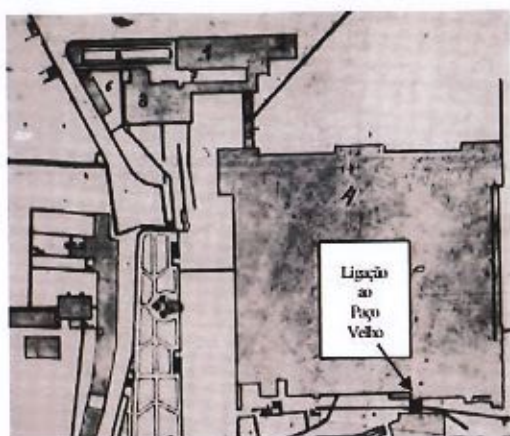
⁵ *Requerimento inicial*, p. 55 [negrito nosso].

Departamento dos Bens Culturais
 Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

3. CARTOGRAFIA HISTÓRICA RESPEITANTE AO ALTO DA AJUDA



FIGURA 1 – Excerto da “Carta de Duarte Fava”, de 1807, que assinala a Mina do Palácio, com o seus respiradouros e mãe d’água.



7- Trecho de uma planta topográfica de 1817

(Coleção de Toldos dos Reis de Castela - Caixa 1, Fols. 118, Dos. 10)

- 1 — A Biblioteca velha.
- 2 — Residência de A. Hercuiano.
- 3 — Sala dos Serenins da Rainha D. Maria I.
- 4 — Palácio Novo da Ajuda.
- 5 — O passadiço.
- 6 — Pátio da Física.
- 7 e 8 — Recintos ajardinados.

FIGURA 2 – “Planta de 1817 [fonte: Maria Isabel Braga Abecasis, *A Real Barraca. A residência na Ajuda dos Reis de Portugal após o terramoto (1756-1794)*, 2009, p. 52].

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

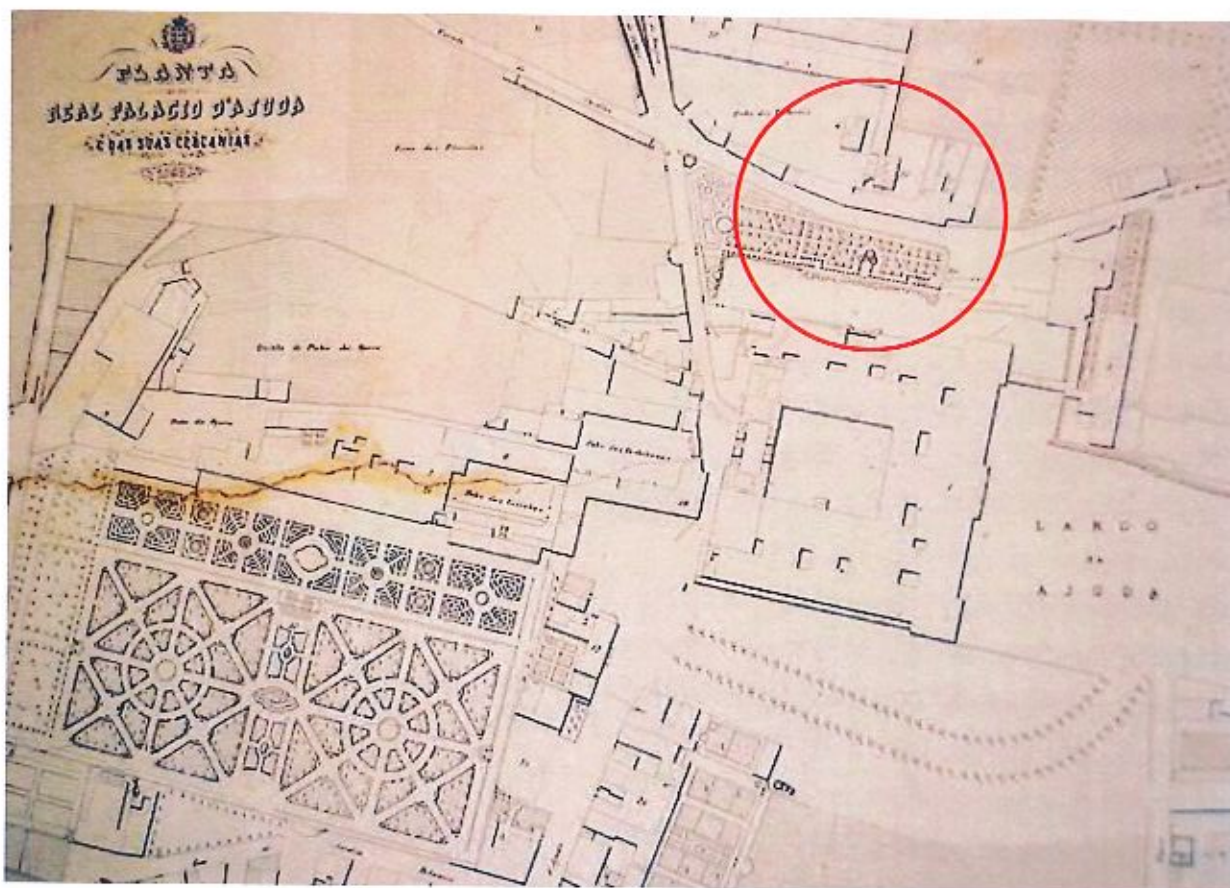


FIGURA 3 – “Planta do Real Palácio d’Ajuda e suas cercanias”, de 1869, em que se assinala a Mãe d’Água, da Mina do Palácio, e o Jardim das Damas.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

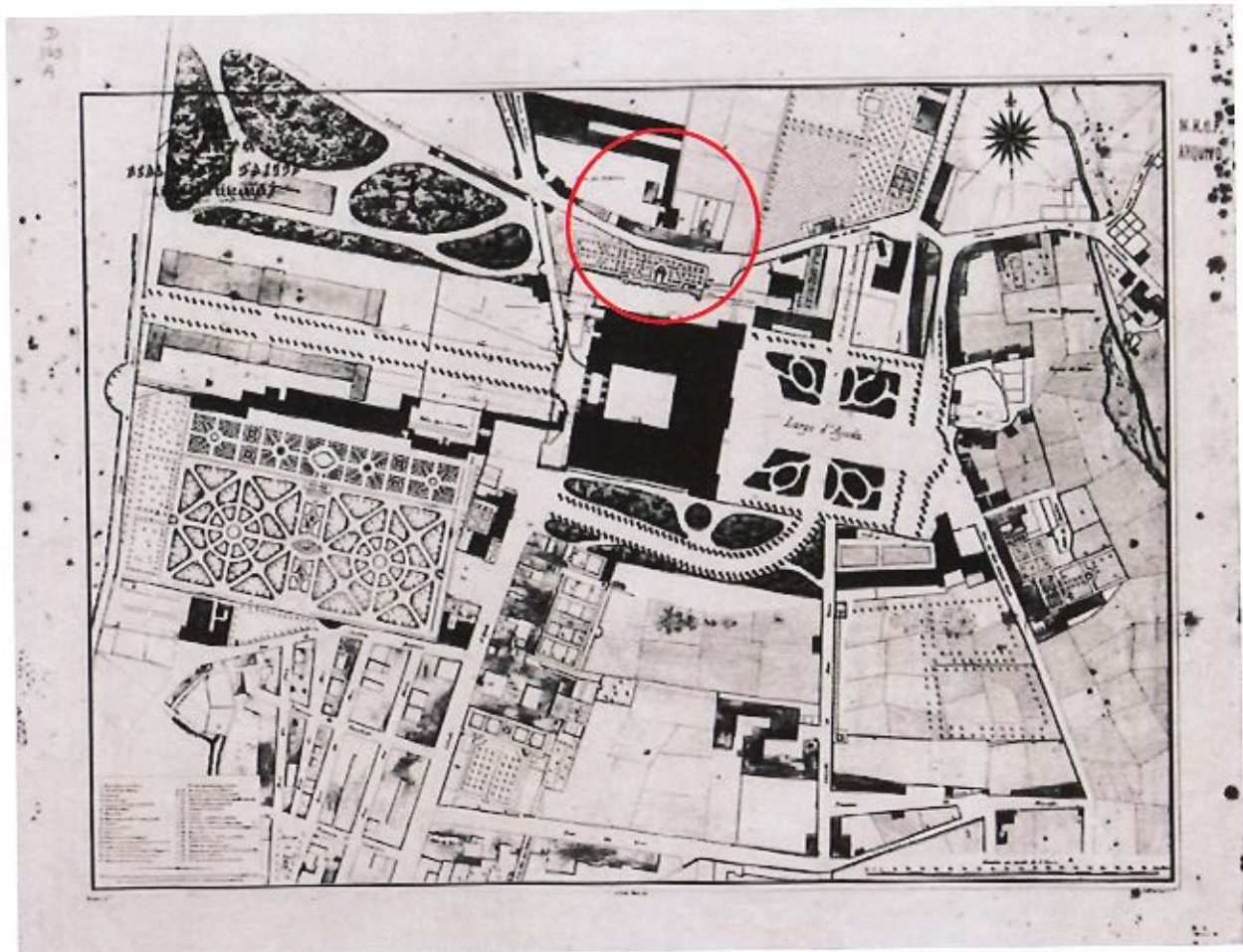


FIGURA 4 – “Planta do Real Paço da Ajuda com o Jardim das Damas e ainda sem a calçada da Ajuda, capitão eng. José António de Abreu, vogal secretário da Comissão do Tombo dos Bens da Coroa”, 1850. O círculo assinala a Mãe de Água e o Jardim das Damas [fonte: Biblioteca do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas e Comunicações]⁶.

⁶ Citado por José Monterroso Teixeira, *José da Costa Silva (1747-1819) e a receção do neoclassicismo em Portugal: a clivagem de discurso e a prática arquitetónica*, vol. II, p. 129, tese de Doutoramento, UAL, 2012.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

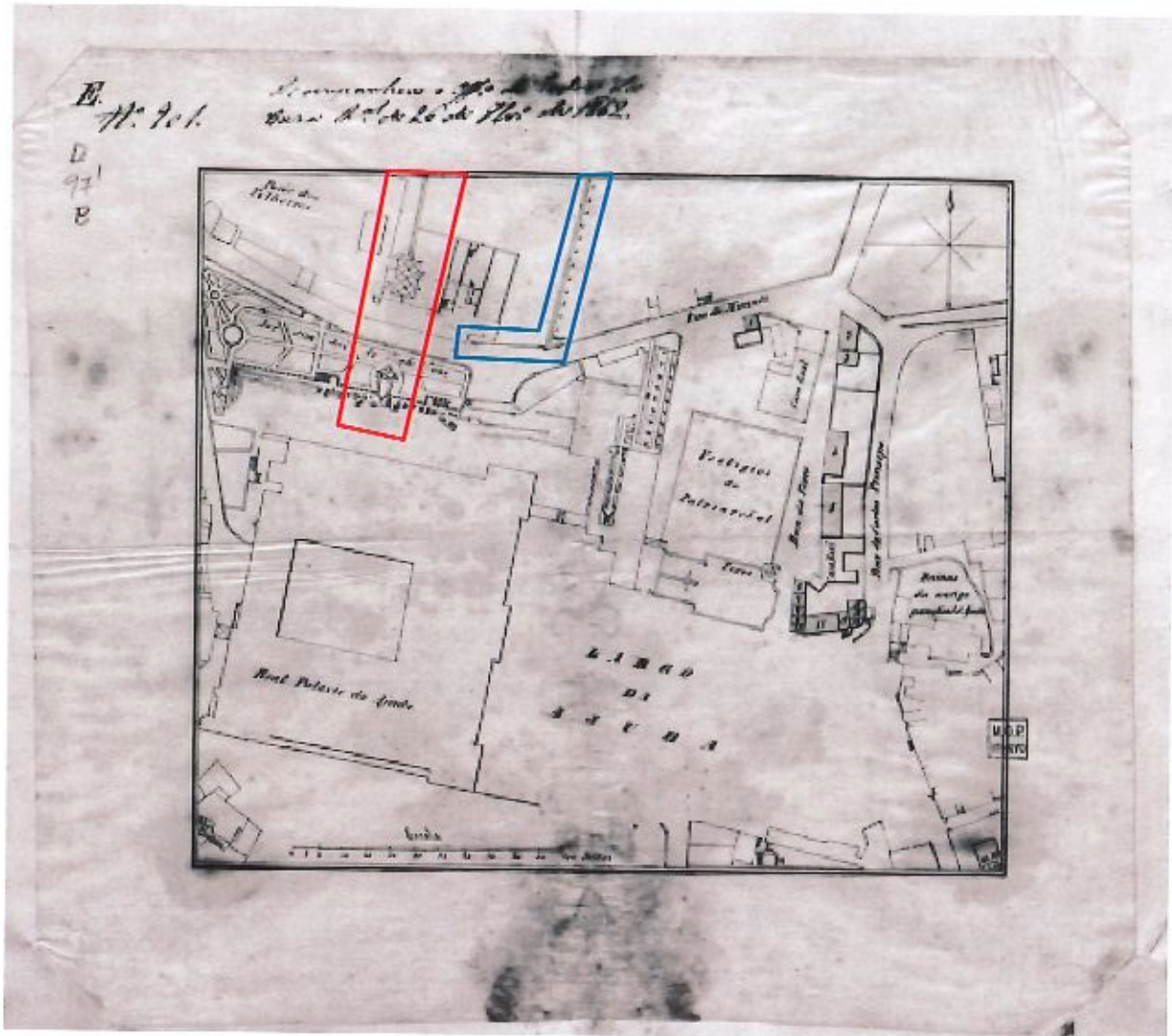


FIGURA 5 – “Levantamento da área do palácio da Ajuda com o jardim das Senhoras, vestígios da patriarcal, torre sineira, desenho a lápis sobre papel, 1862. É visível a Mãe de Água (alinhada com a Grande Cascata do Jardim das Damas) [linha encarnada] e o troço da Mina do Mirante que antecede a Rua do Mirante (atual Calçada do Mirante à Ajuda) [linha azul] [fonte: Biblioteca AHMOPC]⁷.

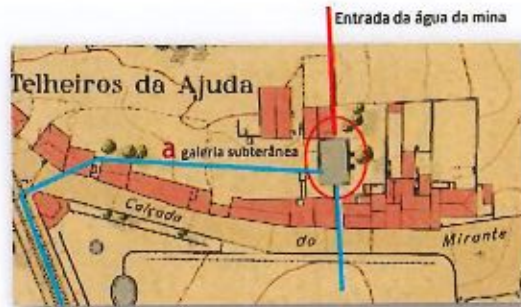
⁷ Citado por José Monterroso Teixeira, op. cit., vol. II, p. 134.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



Planta 1 – Pormenor da Planta de 1911 de Silva Pinto com representação da cisterna assinalada pela oval vermelha e traçado da galeria M11 pela linha azul.



Planta 2 – Detalhe da Planta levantada pelo Instituto Geográfico Cadastral, para a “Câmara Municipal de Lisboa, 1948, com representação da cisterna assinalada pela oval vermelha e traçado da galeria M11 pela linha azul.

FIGURAS 6 E 7 – Vista da arca d’água / cisterna com os dois ramais de distribuição, para sul (Jardim das Damas) e para oeste (Palácio da Ajuda e antigas Cavaliariças Reais) [fonte: Adenda ao pedido de classificação, p. 9].

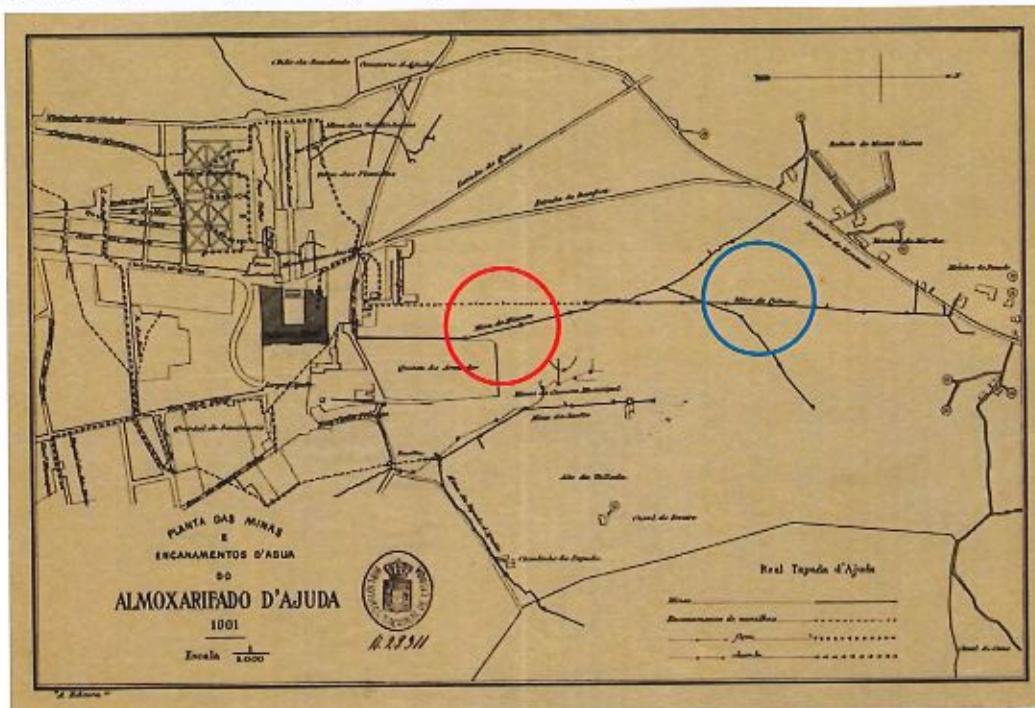


FIGURA 8 – “Planta das minas e encanamentos d’água do Almoarifado d’Ajuda”⁸. Os círculos azul (mina do Mirante) e encarnado (mina do Palácio) assinalam as duas minas em referência.

⁸ in *Noticia acerca das Aguas que abastecem os Almoarifados das Reaes propriedades quer Proprias quer nacionais no usufruto da Corôa*, Lisboa: Typografia da «A Editora», 1905, Casa da Fazenda Real.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



FIGURA 9 – “Localização sobre vista atual das minas do Mirante e do Palácio” [fonte: Nuno Ludovice, «Freguesia da Ajuda, Memória e marcas de água no tempo e no espaço», p. 61, in *Actas do Colóquio Ajuda – O espaço, o tempo, a sociedade*].



FIGURA 10 – Planta atual com sobreposição da Mina do Palácio (linha encarnada) e do Mirante (linha azul) [fonte: EPAL].

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

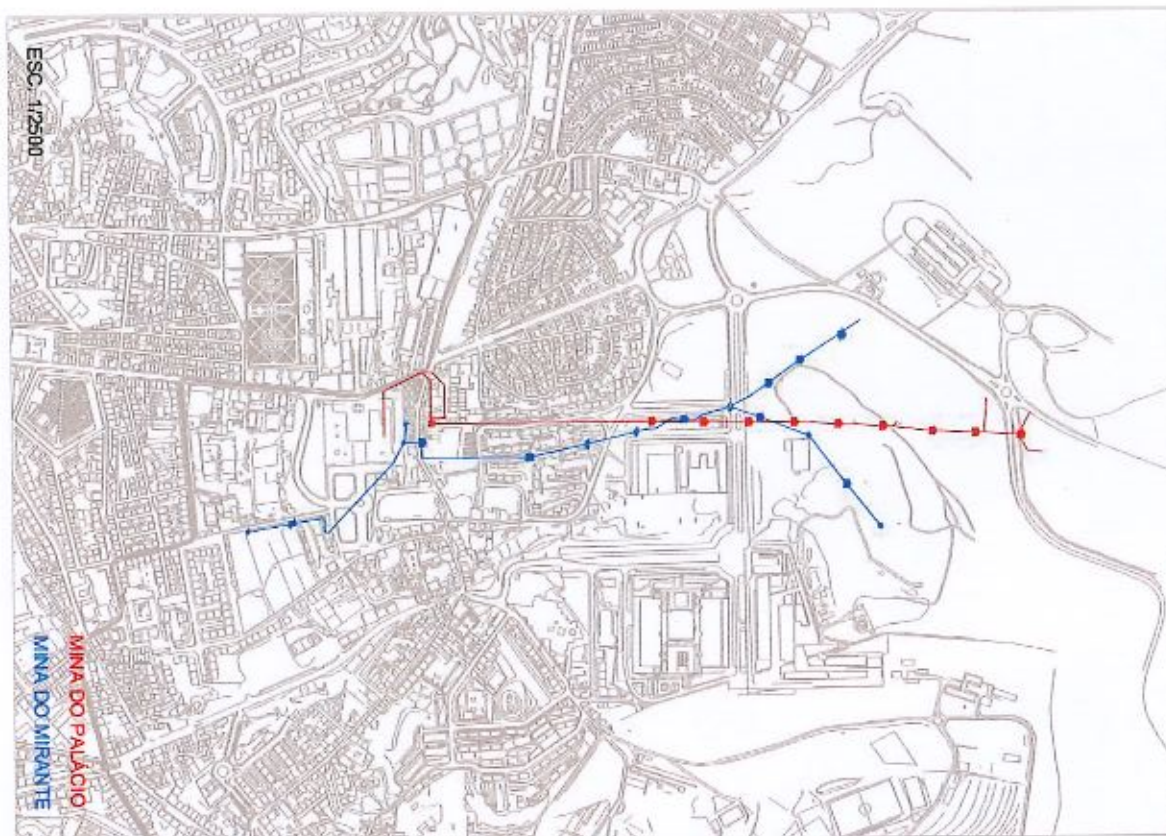


FIGURA 11 – Planta atual com sobreposição da Mina do Palácio (linha encarnada) e do Mirante (linha azul) [fonte: Adenda ao pedido de classificação].

4. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

4.1. PDM

A área abrangida pelas minas do Palácio e do Mirante abrange, em termos de PDM, de sul para norte, as seguintes categorias de espaço:

- Espaço Central e Habitacional – Traçado Urbano A Consolidado [Zona histórica na envolvente do Palácio Nacional da Ajuda];
- Espaço Central e Habitacional – Traçado Urbano Consolidado [Bairro 2 de Maio];
- Espaço Verde de Recreio e Produção a Consolidar;
- Espaço Florestal de Monsanto – Espaço Verde de Proteção e Conservação Consolidado.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



FIGURA 12 – Excerto da “Planta de Ordenamento – Qualificação do Espaço Urbano”, do PDM de Lisboa. A oval assinala, de modo esquemático, a área onde correm as duas minas em referência. A zona inferior, demarcada por linha rosa, pertence ao Nível Arqueológico III.

A Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico, do RPDM, apenas referencia a Mãe d’Água na Calçada do Mirante da Ajuda (n.º 01.54), não havendo qualquer outra alusão às várias minas existentes na zona, de onde se depreende que não se encontram protegidas.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

4.2. PATRIMÓNIO CULTURAL (ADMINISTRAÇÃO CENTRAL)



FIGURA 13 – Excerto do “Atlas do património classificado e em vias de classificação”. A oval encarnada assinala, de forma esquemática, a área abrangida pelas minas do Palácio e do Mirante. O triângulo assinala o local da Mãe d’Água [fonte: DGPC].

As minas do Palácio e do Mirante atravessam a zona especial de proteção do “Palácio Nacional da Ajuda / Zona circundante do Palácio Nacional da Ajuda (Jardim das Damas, Salão de Física, Torre Sineira, Paço Velho e Jardim Botânico)”⁹. A Mãe d’Água encontra-se igualmente abrangida por esta ZEP.

⁹ Portaria de 20.10.1959, publicada no *DG*, II Série, n.º 253, de 29.10.1959.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

5. ANÁLISE

5.1. O DESENVOLVIMENTO DOS SÍTIOS DA AJUDA E BELÉM

Os sítios da Ajuda e Belém desfrutam de uma extraordinária localização, em virtude de se tratar de uma encosta orientada a sul, de perfil relativamente suave, banhado pelo estuário do rio Tejo. Situação que permitiu, desde tempos muito antigos, ser um local privilegiado de atividade fluvial e marítima (aldeia do Restelo), complementada com a atividade agrícola, face à fertilidade dos terrenos e abundância de água, com a proliferação de moinhos – na ordem das dezenas – no alto de Monsanto, a que se juntou a atividade de extração de pedra e o fabrico de cal, pela natureza dos seus solos calcários (e basálticos). Com o crescimento paulatino da cidade para oeste, esta zona tornou-se cada vez mais disputada pelas classes privilegiadas, mormente pela Coroa, até pela facilidade de acesso (fluvial e terrestre) a partir da baixa da cidade. A empresa das Descobertas, no século XV, veio dar um decisivo impulso à zona ribeirinha de Belém, que se transfigura decisivamente com a construção do Mosteiro de Santa Maria de Belém (1501-1604), a que se somaram obras de defesa (como a Torre de São Vicente de Belém, de 1515-19) e de acostagem (como o Cais de Belém). Por seu turno, o desenvolvimento do sítio de Alcântara, com os seus conventos (Flamengas e Calvário), ermidas (Santo Amaro), casas nobres e reais (Real Quinta de Alcântara e Real Tapada de Alcântara, mais tarde da Ajuda), e o sítio da Junqueira, com os seus palacetes virados ao rio, vieram reforçar o prestígio deste arrabalde da cidade.

Foi esta realidade que levou o rei D. João V a adquirir, a partir da década de 20 do século XVIII, várias propriedades com o intuito de criar uma grandiosa quinta de recreio que incluiria, certamente, jardins e coutada para caça¹⁰.

¹⁰ «Entre o alto da Ajuda, Casal de Acolena e praia do Restelo, viam-se então três palácios de grandes quintas de recreio e hortas, quasi que ligadas umas às outras. // Eram elas: 1.ª a quinta do terceiro Conde de Óbidos [Quinta de Cima]; 2.ª, a dos Condes da Calheta [Quinta do Meio]; 3.ª, a dos Condes de Avelras. [Quinta de Baixo] // Foram estas as propriedades que sorriram ao Rei, com o fim de as transformar numa grande quinta de recreio. (...) Poucos meses depois da última aquisição, o Rei adquiria também, como disse, a Quinta da Praia, a-par do Palácio do Correio-Mor, em 1727, que pertenceu a D. Duarte de Sousa da Mata Coutinho.», José Dias Sanches, *Belém e arredores através dos tempos*, Lisboa: Livraria Universal Editora, p. 96.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

A presença destas quintas, de generosas dimensões, com os seus jardins e áreas de produção, remete para a existência de estruturas hidráulicas (minas, aquedutos, fontes e poços) que aproveitavam os recursos hídricos com origem na serra de Monsanto. De igual modo, o desenvolvimento urbano da zona ribeirinha de Belém e das atividades relacionadas com o rio e com as viagens marítimas, levou ao reforço do abastecimento de água, até pelas exigências colocadas pelo abastecimento de água potável (“aguada”) aos navios.

No entanto, foi com o Terramoto de 1755 que decisivamente se transfigurou esta área, face à decisão do rei D. José I de aqui estabelecer residência, pelo facto de esta zona ter sido pouco afetada pelo sismo, como o pôde comprovar a própria família real que ali se encontrava, na Real Quinta de Belém, no dia do fatídico acontecimento.

5.2. O REAL SÍTIO DA AJUDA

«O abastecimento de água à freguesia da Ajuda fica claramente marcado pela instalação da família real no paço de madeira, acompanhada pela edificação e/ou adaptação de antigas casas para a instalação das secretarias de estado e aquartelamentos militares. (...) As novas exigências funcionais militares, religiosas, administrativas e cortesãs impuseram a execução de um levantamento na procura de novos mananciais aquíferos, que se viriam a traduzir na captação e adução de novas nascentes de água oriundas de Monsanto, com a função de abastecer a Real Barraca assim como as Cavalariças Reais e jardins envolventes, subsidiariamente servidos pelos preexistentes poços, minas e cisternas locais.»¹¹

Este complexo sistema hidráulico foi plasmado no documento da responsabilidade da Casa da Fazenda Real, publicado em 1905, respeitante ao levantamento realizado entre 1901 e 1905, intitulado *Notícia acerca das Aguas que abastecem os Almoarifados das Reaes propriedades quer Proprias quer nacionais no usufruto da Côroa*¹².

¹¹ RIPCBI, p. 66.

¹² Estes sistemas ancestrais de abastecimento de água, na obra em referência designados por ‘minas e encanamentos’, e vulgarmente designados por ‘aquedutos’, compreendem, na verdade, do ponto de vista técnico, sistemas complexos que incluem estruturas de captação (nascentes, fontes, poços, minas, açudes, barragens), de armazenamento (cisternas tanques,



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

A área em referência é abrangida pelos almoxarifados da Ajuda, de Belém e da Real Tapada da Ajuda. Estes almoxarifados compreendiam, à data, os seguintes sistemas hidráulicos de captação e distribuição de água:

- **Mina do Palácio** ou do Penedo;
- **Mina do Mirante** ou dos Marcos;
- Mina das Sardinheiras;
- Mina do Pátio das Cozinhas;
Poço das Reais Cavalariças;
Poço novo;
- Mina do Jardim Botânico;
- Mina do Bahuto ou do Chão da Saudade;
- Mina dos Pocinhos;
- Poço do Pátio da Nora;
- Poço da Real Quinta de Belém;
- Poço da horta do Galvão;
Mina do Chafariz do Alvíto;
Mina dos Pegões;
- Mina dos Fornos do Rio Seco;
- Mina da Ninfa;
- Minas do Mosteiro das Flamengas.

nhas de água), de condução (aquedutos, canais, galerias / minas, canos e tubos), de distribuição (estruturas de união e de divisão) e de evacuação (cloacas, condutas de escoamento e galerias drenantes). Sobre o assunto ver, Mário Fortes, *A gestão da água no paisaxe romana do occidente peninsular*, tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela, 2008, pp. 95-96, 151 e 168.

Departamento dos Bens Culturais
 Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

Posteriormente, em levantamento publicado na década de 40 do século XX¹³, na freguesia da Ajuda inventariaram-se 151 minas, poços e furos, discriminados conforme se indica no seguinte quadro:

Minas	13	Freguesia da Ajuda, Memória e marcas de água no tempo e no espaço <i>Parish of Ajuda, Memory and traces of water in time and space</i> Nuno Ludovice
Minas da Câmara Municipal de Lisboa	8	
Poços manifestados ao abrigo do Decreto n.º 30.448 (III)	4	
Poços ordinários não manifestados	114	
Poços da Câmara Municipal de Lisboa	1	
Poços com furos	3	
Poços com galerias de mina	4	
Furos	4	
SOMA	151	

FIGURA 14 – Discriminação dos recursos hídricos existentes na freguesia da Ajuda, de acordo com o levantamento de 1932.
 [Fonte: *Colóquio Ajuda, o espaço, o tempo, a sociedade*, outubro, 2018¹⁴]

Verifica-se a existência de 21 minas e um grande número de poços. «No que concerne às minas de água, o estudo fez menção particular às que alimentavam os antigos chafarizes públicos do Largo da Paz, da Travessa do Chafariz, do Lugar de Caselas e do Penedo de Monsanto. // Conforme as análises bacteriológicas feitas às águas existentes nos chafarizes públicos pela Direção Geral de Saúde Pública, mostravam na sua generalidade, que estas se encontravam já inquinadas, existindo um sério risco para a saúde da sua população residente.»¹⁵

¹³ *Boletim da Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa*, n.ºs 25, 26 e 27, de 1945 e 1946.

¹⁴ Nuno Ludovice, op. cit., p. 72.

¹⁵ *Idem*, *ibidem*.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

5.3. MINA DO PALÁCIO (OU DO PENEDO)

DESCRIÇÃO

«Esta mina tem uma extensão retilínea de 1,1km, desde a mãe d'água (MP1) na encosta sul da serra de Monsanto, próximo do local anteriormente designado como Moinhos do Penedo (...), até à cisterna localizada nos "Telheiros da Ajuda" (MP10), a partir da qual era abastecido o Jardim do Palácio das Damas e a cozinha do palácio, mediante canalizações de manilhas de cerâmica, conforme representado na Planta do Almoarifado da Ajuda. Esta distância agora aferida não corresponde efetivamente à extensão total da mina pois desconhece-se o comprimento dos quatro troços relativos às nascentes de água, que a acreditar na fiabilidade da referida planta do Almoarifado, se localizam dois a montante da mãe d'água (MP1) e outros dois a montante do primeiro poço de visita (MP2), ligando-se à galeria principal.»²⁶

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

«Foi possível identificar todos os equipamentos da Mina do Palácio desenhados na referida planta²⁷: dois respiradouros, cinco poços de visita, uma mãe d'água, uma porta de entrada para a galeria, um troço de aqueduto à superfície e uma cisterna. // Constatou-se que os respiradouros e poços de visita estão espaçados uns dos outros a uma distância relativamente regular, entre os 70 e os 80 metros. (...) Imediatamente a sul da Av. da Universidade Técnica observa-se à superfície um troço da galeria da mina, em bom estado de conservação, constituído por uma galeria com 106m de comprimento, um respiradouro e uma entrada. A partir deste troço para sul, até à referida cisterna encontrada nos Telheiros da Ajuda, ao longo de 450m não se detetou qualquer evidência material relacionada com a mina, julgando-se que aqui tenha ocorrido destruição completa da mesma devido à construção do bairro 2 de Maio nos anos 70²⁸. Este troço final da mina seria feito em canalização de manilhas de

²⁶ *Ibidem*, p. 9.

²⁷ *Notícia acerca das Águas que abastecemos Almoarifadas...*

²⁸ Ayres de Carvalho, na obra *Os três arquitectos da Ajuda, do «rocaille» ao neoclássico*, quando analisa o conjunto das antigas estruturas hidráulicas da Ajuda, tem uma opinião pouco otimista acerca do seu estado de conservação, quando afirma: «Pouco resta da grandiosa obra das minas e aquedutos que mais tarde, já no reinado de D. Maria e do Príncipe Regente, se efectuaram

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

cerâmica, conforme indicado na legenda da planta do almojarifado. // Considerando uma única exceção (...) no qual se pôde observar o interior a partir do orifício existente no topo, não foi possível visitar o interior das estruturas identificadas pelo que se desconhece como será o interior das mesmas.»¹⁹



FIGURAS 15 A 17 – Fotografias do interior da arca d'água / cisterna da Mina do Palácio [Fonte: 'Adenda ao pedido de classificação das minas d'água da Ajuda – minas do Palácio e do Mirante, pp. 5 e 7]

5.4. MINA DO MIRANTE²⁰ (OU DOS MARCOS)

DESCRIÇÃO

«A mina do Mirante resulta da confluência de duas minas existentes na encosta de Monsanto, uma com orientação NO-SE (...) e a outra com orientação NE-SO (...), unindo-se ambas numa só galeria a partir da Av. da Universidade Técnica e cruzando-se alguns metros mais para sul com o troço de superfície da

nas zonas circundantes do Palácio da Ajuda. Pela «Notícia acerca das Aguas que abastecem os Almojarifados das Reaes Propriedades» ... de 1904, podemos apreciar como eram eficientes e numerosas as minas e aquedutos que abastecem as populações de Belém e da Ajuda. Por curiosidade e dado que é do nosso tempo ter-se arrazado e destruído em grande parte as minas e aquedutos sem nenhuma vantagem para as populações, apontamos as minas conhecidas pelas seguintes designações: «Mina do Palácio ou do Penedo – Mina dos Marcos ou do Mirante – Mina das Sardinheiras – Mina do Pátio das Cozinhos – Poço das Reaes Cavalariças – Poço Novo – Mina do Jardim Botânico», p. 26.

¹⁹ RIPCBI., p. 9.

²⁰ Desconhece-se a origem (ou razão de ser) desta designação, uma vez que esta mina não parece relacionar-se com o mirante do Jardim das Damas.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

Mina do Palácio, tomando um percurso no sentido SE. O traçado da mina seguiria sensivelmente ao longo das actuais Rua César Nogueira e Rua Pinto Quartín, no Bairro 2 de Maio, existindo ainda nesta última rua o testemunho de uma porção da galeria da mina e um poço de visita que conseguiram sobreviver às obras de construção do atual bairro. A mina seguiria a partir daí paralela à Mina do Palácio até à Calçada do Mirante à Ajuda, prosseguindo depois em canalização subterrânea com manilhas de cerâmica, no sentido Sudeste, até terminar na Quinta do Seminário.»²¹

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

«Foi possível identificar neste levantamento algumas das estruturas da mina representadas na referida Planta do Almojarifado: 3 estruturas que integravam o ramal Oeste da Mina do Mirante -- uma mãe de água (MM1), um poço de visita (MM2) e uma estrutura indeterminada (MM3), já arrasada; 2 poços de visita do ramal Este (MM4 e MM5), possuindo o primeiro porta de entrada; na galeria principal resultante do entroncamento dos dois ramais foram identificados 2 poços de visita e um troço de galeria à superfície (MM6 e MM7).»²²

O percurso das duas minas, nos seus troços finais, nas imediações do Jardim das Damas e do Palácio da Ajuda, é conhecido, em grande medida, a partir do levantamento que surge na *Notícia das Aguas que abastecem os Almojarifados...*, de 1905, e das estruturas que subsistem, como a Arca d'Água (Telheiros da Ajuda), poço de visita da Mina do Mirante (Bairro 2 de Maio) e do acesso à galeria (com tanque?), na Calçada do Mirante à Ajuda. No caso da Mina do Mirante, desconhece-se o seu estado de conservação (manilhas cerâmicas) na parte final do troço que atravessa o Largo da Ajuda.

²¹ Idem, p. 31.

²² Idem, ibidem.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

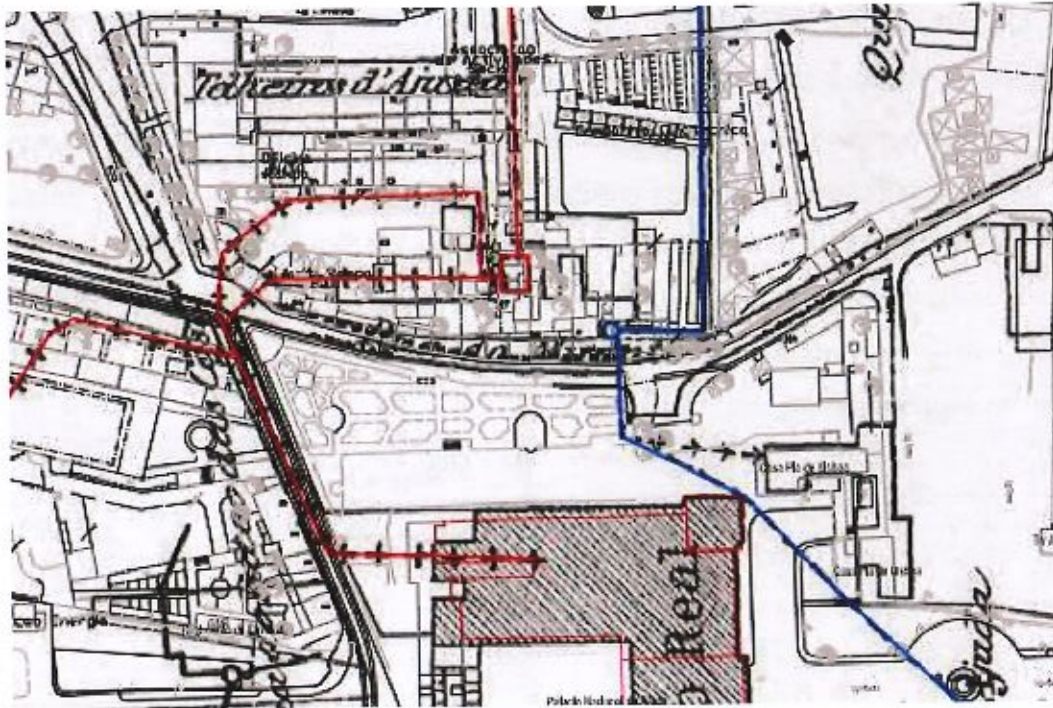


FIGURA 18 – Pormenor da planta da EPAL (ver figura 7) que evidencia os traçados das minas do Palácio (linha encarnada) e do Mirante (linha azul) nas imediações do Jardim das Damas.

Ao observar com atenção o percurso das duas minas nas imediações do Jardim das Damas, não podemos deixar de observar como a Mãe de Água alinha com a Cascata Grande do Jardim das Damas²³. Não deixa de ser estranho que, independentemente de os dois ramais principais seguirem para oeste, para servirem as Cavalariças Reais e o Jardim das Damas / Palácio da Ajuda, não houvesse uma ligação direta para o Jardim das Damas que, refira-se, começou a ser construído em 1793/1794²⁴, quando a Real Barraca foi destruída por um violento incêndio (10.11.1794)²⁵.

²³ Para melhor perceção desta realidade ver as figuras n.ºs 2, 3, 4 e 5.

²⁴ «Por registos conclui-se que a construção do jardim teve início por 1793/1794 (encomenda de madeiras para a construção do Mirante datada de 1794)», Elsa Duarte e Mário Fortes, *Powerpoint* sobre a intervenção de reabilitação do Jardim das Damas (24.11.2014).

²⁵ Na reabilitação do Jardim das Damas (1987-1998) descobriram-se restos de canos que apontam nesse sentido.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

6. SISTEMAS HIDRÁULICOS CLASSIFICADOS²⁶

A presente proposta de classificação de dois sistemas hidráulicos (vulgo aquedutos), designados como minas, com um percurso maioritariamente subterrâneo, surpreende por não ser uma tipologia habitualmente alvo de classificação. Face a esta realidade, procedemos a um levantamento no sítio da DGPC ('Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação'), dos principais termos relacionados com a 'arquitetura da água' e, no seio destes, dos aquedutos (enquanto sistemas de captação e adução de água) existentes em Portugal, aferindo a graduação da sua classificação.

Essa pesquisa deu os seguintes resultados:

TERMO	MN	IIP / MIP	IM / MIM	EM VIAS	TOTAIS
AQUEDUTO	10	13 (2)	5	1	29
CHAFARIZ	10	29 (6)	2 (1)	–	41
FONTE	3 (1)	22 (9)	32 (2)	–	58
FONTANÁRIO	–	3 (2)	3 (1)	–	6
MINA DE ÁGUA	–	–	2	–	2
BARRAGEM	–	10	–	–	10
CISTERNA	2 (2)	3 (3)	–	2	7
TANQUE	2	6 (5)	2	–	10
TOTAIS	27	86	46	3	164

Entre parênteses referem-se os bens em que o respetivo termo (por exemplo 'aqueduto') não aparece como termo isolado ou principal.

À exceção do termo 'aqueduto', todos os outros termos se referem somente a um dos (vários) componentes de um sistema hidráulico. Por essa razão, procedemos a uma análise mais aprofundada do termo 'aqueduto', por ser aquele que enquadra os bens alvo da presente apreciação.

²⁶ Pesquisa sumária efetuada através das designações referenciadas no quadro que apresentamos.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

LISTAGEM 1 – PRINCIPAIS AQUEDUTOS EXISTENTES EM PORTUGAL (CONTINENTE)²⁷

- **Aqueduto do Correio-Mor, ELVAS** (Período romano) – abastecia o “Tanque Romano da Herdade do Correio-Mor” (MIP) – sem classificação.
Aqueduto de Alcácer-do-Sal (Período romano) – sem classificação.
Aqueduto romano de Conímbriga, CONDEIXA-A-NOVA [Século I] – classificado como monumento nacional (MN) – integrado nas “Ruínas de Conímbriga”.
- **Aqueduto de Setúbal** [segunda metade do século XV] – classificado como IIP.
Aqueduto da Água da Prata, SETÚBAL [primeira metade do século XVI] – classificado como monumento nacional (MN).
- **Aqueduto da Amoreira, ELVAS** [século XVI] – classificado como monumento nacional (MN).
- **Aqueduto da Usseira, ÓBIDOS** [segunda metade do século XVI] – classificado como imóvel de interesse público (IIP).
- **Aqueduto de Torres Vedras** [primeira metade do século XVII] – classificado como monumento nacional (MN).
- **Aqueduto de São Sebastião, COIMBRA** [segunda metade do século XVII] – classificado como monumento nacional (MN).
- **Aqueduto do Convento de Cristo, TOMAR** – [transição do século XVI para o século XVII] – classificado como monumento nacional (MN).
- **Aqueduto do Cerco, MAFRA** [primeira metade do século XVIII] – classificado como monumento nacional (MN). Integrado no “Real Edifício de Mafra – Palácio, Basílica, Convento, Jardim do Cerco e Tapada”.
- **Aqueduto de Vila do Conde (MOSTEIRO DE SANTA CLARA)** [primeira metade do século XVIII] – classificado como monumento nacional (MN).

²⁷ Listagem elaborada com recurso às seguintes publicações: *Aquedutos de Portugal – arte e património*, de Pedro Inácio, EPM, 2011, e *Aquedutos em Portugal*, de Joaquim Caetano, Liber - EPM, 1991.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

- **Aqueduto em Santo Antão do Tojal** [primeira metade do século XVIII] – classificado como monumento de interesse público (MIP).
- **Aqueduto das Águas Livres, AMADORA, LISBOA, OEIRAS E SINTRA** [primeira metade do século XVIII] – classificado como monumento nacional (MN).
- Aqueduto de Serpa, que abastecia o Palácio Ficalho (MN) [segunda metade do século XVII] – sem classificação.
- **Aquedutos da Quinta do Marquês de Pombal, OEIRAS** [segunda metade do século XVIII] – em vias de classificação – “Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal, incluindo os sistemas hidráulicos exteriores à propriedade”.
- Aqueduto do Louriçal, POMBAL [primeira metade do século XVIII] – sem classificação.
- **Aqueduto da Gargantada, QUELUZ, SINTRA** [meados do século XVIII] – classificado como imóvel de interesse público (IIP).
- Aqueduto do Cabo Espichel, SESIMBRA [segunda metade do século XVIII] – sem classificação.
- Aqueduto do Alviela, ALCANENA [segunda metade do século XIX] – sem classificação.
- Aqueduto do Castelo de Bode, TOMAR [segunda metade do século XX] – sem classificação.

A negrito assinalam-se os aquedutos que se encontram classificados. Verifica-se que sete dos 21 (isto é, 1/3) aquedutos referenciados não se encontram classificados. Os aquedutos romanos pelo facto de se encontrarem muito destruídos. Dois outros (Cabo Espichel e Aqueduto de Serpa), embora façam parte do sistema de abastecimento de bens classificados, não foram incluídos nas respetivas classificações, porventura pela sua natureza estritamente funcional. Os últimos dois referenciados, certamente por serem demasiado recentes (séculos XIX e XX).



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

LISTAGEM 2 – SÍTIO DA DGPC – BENS IMÓVEIS CLASSIFICADOS COM A DESIGNAÇÃO ‘AQUEDUTO’²⁸

1. **Aqueduto denominado «Gargantada», Sintra (IIP)** [Arquitetura Civil / Aqueduto / Abastecimento a palácio real] [séc. XVIII].
2. **Ruínas da antiga barragem romana donde partia um aqueduto para Olisipo (IIP)** [Arqueologia / Barragem / Abastecimento urbano] [séc. I?].
3. **Aqueduto Romano de Olisipo na Amadora (Em Vias de Classificação)** [Arquitetura Civil / Aqueduto / Abastecimento urbano] [séc. I?]²⁹
4. **Conjunto dos restos do aqueduto romano de Conimbriga e do *castellum* de Alcabideque (MN)** [Arquitetura Civil / Aqueduto / Abastecimento urbano] [séc. I].
5. **Aqueduto de São Sebastião, Coimbra (MN)** [Arquitetura Civil / Aqueduto / Abastecimento urbano] [séc. XVII].
6. **Aqueduto da Amoreira (MN)** [Arquitetura Civil / Aqueduto / Abastecimento urbano] [séc. XVI].
7. **Aqueduto das Águas Livres (MN)** [Arquitetura Civil / Aqueduto / Abastecimento urbano] [séc. XVIII].
8. **Aqueduto da Prata (MN)** [Arquitetura Civil / Aqueduto / Abastecimento urbano] [séc. XVI]³⁰.
9. **Caixa de água da Rua Nova, Évora (IIP)** [Arquitetura Civil / Caixa de Água / Abastecimento urbano] [séc. XVI].
10. **Aqueduto de Torres Vedras (MN)** [Arquitetura Civil / Aqueduto / Abastecimento urbano] [séc. XVII].
11. **Aqueduto de Carnaxide, incluindo nascente, mina, mãe de água, chafariz e três claraboias (MIP)** [Arquitetura Civil / Aqueduto / Abastecimento urbano] [séc. XVIII?].
12. **Aqueduto de Setúbal, também conhecido por Aqueduto da Estrada dos Arcos (IIP)** [Arquitetura Civil / Aqueduto / Abastecimento urbano] [séc. XV].

²⁸ Os sistemas referenciados nos números 15, 16 e 30 foram por nós incluídos na listagem dos aquedutos classificados, uma vez que incluem parte do sistema hidráulico, apesar da sua designação não referir o termo aqueduto.

²⁹ Os bens referenciados em 2 e 3 pertencem ao mesmo sistema hidráulico.

³⁰ Os bens referenciados em 8 e 9 pertencem ao mesmo sistema hidráulico.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

13. **Aqueduto da Usseira, Óbidos (IIP)** [Arquitetura Civil / Aqueduto / Abastecimento urbano] [séc. XVI].
14. **Mãe d'Água e troço do aqueduto do século XVI da Antiga Fonte Nova, Cascais (CIM)** [Arquitetura Civil / Aqueduto / Abastecimento urbano] [séc. XVI].
15. **Sistema de Abastecimento de Águas à cidade de Braga no século XVIII, designado por «Sete Fontes», (MN)** [Arquitetura Civil / Fontanário / Abastecimento urbano] [séc. XVIII].
16. **Chafariz D'El Rei, incluindo as estruturas hidráulicas conexas (reservatório, cisterna e mina de água) (MIP)** [Arquitetura Civil / Chafariz / Abastecimento urbano] [séc. XVIII].
17. **Aqueduto do Convento de Cristo (MN)** [Arquitetura Civil / Aqueduto / Abastecimento a casa religiosa] [séc. XVI].
18. **Aqueduto de Vila do Conde (MN)** [Arquitetura Civil / Aqueduto / Abastecimento a casa religiosa] [séc. XVIII].
19. **Ruínas do Convento de Santo António, na Quinta da Arca, incluindo o aqueduto (MIM)** [Arquitetura Religiosa / Convento / Abastecimento a casa religiosa] [séc. XVI].
20. **Troço existente do aqueduto da serra do Pilar, Vila Nova de Gaia (IIP)** [Arquitetura Civil / Aqueduto / Abastecimento a casa religiosa] [séc. XVI].
21. **Igreja e mosteiro de Tibães, fontes e construções arquitetónicas da respetiva quinta (IIP)** [Arquitetura Religiosa / Mosteiro / Abastecimento a casa religiosa] [séc. XVII].
22. **Aqueduto que abastecia o Mosteiro de Grijó (IIP)** [Arquitetura Civil / Aqueduto / Abastecimento a casa religiosa] [séc. XVIII].
23. **Aqueduto de Santa Clara, Coimbra (IIP)** [Arquitetura Civil / Aqueduto / Abastecimento a casa religiosa] [séc. XVIII].
24. **Quinta do Paço de Valverde, Capela e Claustro da Mitra, mata, várias pequenas capelas, Jardim de Jericó e lago, aqueduto, edificado no século XVII, todo o sistema hídrico, casa da água, jardim de buxo, horta e todos os muros e muretes, Évora (IIP)** [Arquitetura Religiosa / Abastecimento a casa religiosa] [séc. XVII].



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

25. **Palácio da Mitra, pombais, chafarizes, igreja, monumental portão de entrada e toda a área murada da quinta, Santo Antão do Tojal (MIP)** [Arquitetura Civil / Abastecimento a casa religiosa] [séc. XVIII].
26. **Aqueduto de Cales (MIM)** [Arquitetura Civil / Aqueduto / Abastecimento a casa/propriedade rural] [cronologia não apurada].
27. **Casa de Santiago e Aqueduto, Vila Nova de Famalicão (MIP)** [Arquitetura Civil / Conjunto / Abastecimento a casa / propriedade rural] [séc. XVIII].
28. **Torre de Camões, aqueduto e tanque anexos, Sousel (CIM)** [Arquitetura Civil / Aqueduto / Abastecimento a casa/propriedade rural] [cronologia não apurada].
29. **Casa do Outeiro, com a sua capela, os terreiros, portão, cruzeiro e aqueduto, Guimarães (IIP)** [Arquitetura Civil / Aqueduto / Abastecimento a casa/propriedade rural] [séc. XVIII].
30. **Palácio e Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal, incluindo os sistemas hidráulicos exteriores à propriedade, [MN / CIP] Oeiras** [Arquitetura Civil / Aqueduto / Abastecimento a palácio real] [séc. XVIII]³¹.

No que respeita à graduação da classificação dos 30 sistemas hidráulicos (aquedutos) classificados, verifica-se a seguinte distribuição:

Monumento nacional (MN): 10 bens;

interesse público (IIP/MIP): 14 bens;

Interesse municipal (IM/MIM): 5 bens;

– Em vias de classificação: 1 bem.

No que respeita à tipologia funcional, verifica-se a seguinte distribuição:

– Abastecimento a palácio real: 2 bens;

³¹ Trata-se de uma ampliação da classificação, de modo a incluir, por proposta dos municípios de Oeiras e Cascais, «(...) os sistemas hidráulicos de abastecimento de água exteriores ao perímetro da quinta». O processo de ampliação encontra-se, à data, em vias de classificação.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

- Abastecimento urbano: 15 bens;
- Abastecimento a casa religiosa³²: 9 bens;
- Abastecimento a casa / propriedade rural: 4 bens.

No que respeita à cronologia, verifica-se a seguinte distribuição:

- SÉC. I (Período romano): 3;
- SÉC. XV: 1;
- SÉC. XVI: 8;
- SÉC. XVII: 4;
- SÉC. XVIII: 12;
- Cronologia não apurada: 2.

A primeira conclusão que retiramos é a de que a monumentalidade e/ou visibilidade que estes exemplares apresentam, com troços à superfície constituídos por arcarias, é determinante para a sua notoriedade pública e, em menor medida, para a sua classificação³³. Isto é, por norma não é tido em conta o sistema na sua complexa totalidade, desde a captação até à distribuição e/ou evacuação da água³⁴. Para esta realidade contribuirá, na verdade, em maior ou menor medida, o facto de os restantes elementos do sistema estarem ocultos, muito degradados ou, simplesmente, já não existirem.

³² Abastecimento a mosteiro, convento, residência de verão, etc.

³³ A mesma ilação se pode retirar do facto da generalidade dos bens classificados relacionados com a arquitetura da água respeitarem a chafarizes / fontes - fontanários, como se pode verificar no quadro síntese da página 15. Estes termos são sinónimos o resultam das diferentes origens das palavras (do árabe ou do latim, respetivamente). Estes elementos tanto podem respeitar ao sistema de captação (quando construídos sob uma nascente) ou ao sistema de distribuição (quando construídos no ponto terminal de um aqueduto).

³⁴ Só os sistemas de captação / distribuição (chafarizes e fontes) e de condução, por aqueduto, são preferencialmente tidos em conta, secundarizando-se os sistemas completos que incluem a captação, o armazenamento, a condução, a distribuição e a evacuação. O Aqueduto das Águas Livres (MN) é uma das poucas exceções.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

Outra conclusão que se pode retirar é o facto da maior parte dos bens classificados possuir uma graduação de valor nacional (24 bens classificados como MN + MIP) o que demonstra que nesta (como em outras) tipologias, os municípios ainda não estão muito sensibilizados para a sua classificação / salvaguarda. As classificações municipais, no que à arquitetura da água diz respeito, recaem fundamentalmente nos sistemas de captação / distribuição (chafarizes, fontes e fontanários).

Quanto à funcionalidade, a maior parte dos bens classificados refere-se ao abastecimento urbano ou a casas religiosas, o que se revela natural, pois são as tipologias mais usuais, porque estes sistemas eram, por norma, infraestruturas complexas e onerosas, que exigiam instituições com capacidade económica, como o Estado ou a Igreja, para a sua realização.

Por fim, quanto às épocas de realização, há um claro predomínio da Idade Moderna (1453-1789), com 22 dos 27 bens classificados. Fora deste período ficam somente os exemplares pertencentes à Civilização Romana. Os sistemas hidráulicos do século XIX (como o de Alviela) ou do século XX (como o de Castelo de Bode), pese embora a sua sofisticação técnica e extraordinário desempenho funcional, e que foram responsáveis, em grande medida, pela viabilização do extraordinário desenvolvimento urbano verificado, ainda não mereceram atenção, porventura por não possuírem a antiguidade (e vetustez) considerada necessária pelos critérios de valoração patrimonial atuais.

Verificamos que nesta tipologia edificatória, como em outras, os critérios de classificação, como que por inércia de procedimentos, ainda tendem a (sobre)valorizar os aspetos artísticos e monumentais. A arquitetura da água, como tipologia edificatória funcional, tende a ser, ainda hoje, subvalorizada. A fragilidade dos sistemas, o facto de se encontrarem (parcialmente) ocultos e incluírem elementos naturais (como os túneis das minas) contribuem certamente para isso.

Basta atentar que nos mosteiros de Alcobaça, Batalha e São Martinho de Tibães, para citar três dos mais importantes complexos monástico-conventuais portugueses, os respetivos sistemas hidráulicos estão

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

identificados e são unanimemente reconhecidos como elementos fundamentais, mas não se encontram classificados, nem referenciados nos respetivos IGT, nomeadamente nos respetivos PDM^{35/36}.

Por outro lado, é recorrente os sistemas hidráulicos (de abastecimento e/ou saneamento) serem alvo de mutilações, por desconhecimento da sua existência e/ou localização, aquando da realização das mais variadas obras, não sendo necessário – para dar dois exemplos – sair do cenário urbano que nos ocupa.

7. AS MINAS DO PALÁCIO E DO MIRANTE

Como pudemos verificar, a zona da Ajuda / Belém era constituída por uma rede de sistemas hidráulicos de abastecimento público (através de chafarizes e fontes) e privado (às casas religiosas, senhoriais e reais), constituída por poços e aquedutos (minas). No que a este último sistema diz respeito, verificámos que foi após o Terramoto de 1755, com a instalação da família real no alto da Ajuda (com a Real Barraca), que a rede de minas se desenvolveu extraordinariamente, atingindo, em meados do século XIX, o número da dezena³⁷. Por seu turno, o levantamento de 1942³⁸ identifica 21 minas nesta área da

³⁵ As zonas especiais de proteção (ZEP) destes complexos mosteiro-conventuais foram traçadas, por norma, sem atender às complexas redes hidráulicas que abasteciam e tornavam viável a vida nessas locais. É certo que muitas classificações são antigas de décadas, e como (ainda) não se instituiu a prática da revisão dos bens classificados e respetivas ZEP, elas não acompanham, quer os novos conhecimentos, quer a evolução dos conceitos e práticas patrimoniais.

³⁶ No caso de São Martinho de Tibães, atendendo a que o bem classificado inclui a cerca murada e, por consequência, possui uma ZEP de grandes dimensões, uma parte significativa dos aquedutos (minas) estão abrangidos, embora se perceba que a sua inclusão não foi critério de delimitação.

³⁷ «A comissão do Tombo dos Bens da Coroa adoptou, em 11 de dezembro de 1840, a seguinte numeração nos aquedutos pertencentes á Casa Real, compreendidos nos Almojarifados da Tapada d’Ajuda, Belém e Ajuda: N.º 1 – Mina do chafariz do Alvito. N.º 2 – Mina dos Pegões. N.º 3 – Mina da Nympha. N.º 4 – Mina da Tapada d’Ajuda, Sacôta e poço da casa do Monsenhor Lacerda. Mina n.º 5 – Mina do Palacio d’Ajuda (Penedo). Mina n.º 6 – Mina dos Marcos ou do Mirante. Mina n.º 7 – Mina das Sardnheiras. Mina n.º 8 – Mina do Pateo das Cozinhas. Mina N.º 9 – Mina do Mouchão da Saudade ou do Bahuto. N.º 10 – Mina dos Poceiros.» in *Noticia acerca das Aguas que abastecem os Almojarifados das Reaes propriedades quer Proprias quer nacionais no usufruto da Corôa 1804*, p. 5.

³⁸ *Boletim da Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa*, números 25, 26 e 27, de 1945 e 1946.

Departamento dos Bons Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

cidade³⁹. Ainda assim, refira-se, o abastecimento público foi persistente e manifestamente insuficiente até aos anos 40 do século XX.

Do exposto, destacamos duas das várias ilações que se podem tirar.

Por um lado, verificamos que os procedimentos de classificação, no que respeita às tipologias relacionadas com a 'arquitetura da água', têm sido alvo de pouca atenção e valoração, sempre e quando não se verificarem as características da monumentalidade e/ou da dimensão artística/construtiva.

Por outro lado, as duas minas (do Palácio e do Mirante) propostas para classificação, fazem parte de um sistema (rede) mais vasto, o que nos leva a colocar a questão da pertinência, ou não, desta seleção.

7.1. A ARQUITETURA DA ÁGUA

A temática da dimensão cultural da 'arquitetura da água' deve, em nosso entender, merecer outra atenção por parte dos decisores públicos, nomeadamente pela importância que lhe advém dos crescentes desafios relacionados com o problema das alterações climáticas, em que a gestão da água se coloca como um tema absolutamente decisivo.

Por outro lado, com a evolução dos conceitos do património cultural, de há muitas décadas a esta parte, no sentido do seu alargamento conceptual, simultaneamente do ponto de vista geográfico, cronológico e tipológico⁴⁰, somos obrigados a visões continuamente mais abrangentes e diversificadas.

A temática da água, na sua dimensão cultural, envolve muitas vertentes, sendo que os sistemas hidráulicos de captação e distribuição de água (aquedutos), são, à luz dos conhecimentos atuais, considerados obra conjunta do Homem e da Natureza, logo simultaneamente como património cultural

³⁹ «(...) administrativamente as zonas de Belém e do Alcântara integravam-se na área de jurisdição da Freguesia da Ajuda durante o século XVIII, fator importante que permitiu uma alargada procura de novas nascentes, entre as zonas do Belém, Ajuda e Alcântara. Em meados do século XIX, entre os anos de 1852 a 1855, todo este território ribelinho ficou sobre a alçada da Câmara Municipal de Belém, cujo período ficou marcado por muitas obras realizadas no melhoramento do abastecimento a estas zonas.», RIPCRI, p. 66.

⁴⁰ Como há muito tempo refere, entre outros estudiosos, Françoise Chuay.

e natural⁴¹. Não nos compete, obviamente, avaliar esta última vertente, mas tão só chamar a atenção para o facto de este património se poder assumir como um *geossítio*⁴² e, como tal, assumir outros valores para além daqueles que a sua dimensão de património cultural, como resultado direto da ação humana, lhe atribui.

7.2. O INTERESSE CULTURAL DA REDE HIDRÁULICA DA AJUDA / BELÉM

A presente proposta de classificação surge, como atrás se referiu, na sequência do colóquio “Ajuda – o espaço, o tempo e a sociedade”, e alerta para a existência de um complexo sistema hidráulico na zona da Ajuda / Belém que captava a água na serra de Monsanto e, por gravidade, a distribuía por pontos estratégicos da encosta, como chafarizes públicos (Largo da Paz, Cruzeiro da Ajuda, Chafariz de Belém, Chafariz da Memória, etc.), jardins (Jardim Botânico da Ajuda), edifícios públicos (Quartel da Ajuda), casas religiosas (Convento de Nossa Senhora da Boa-Hora, Convento das Salésias) e, obviamente, as propriedades reais (Real Barraca, Jardim Botânico, Picadeiro Real, Cavalariças Reais, secretarias de estado e Quintas Reais).

Face a tudo que se referiu, depreende-se que este património hidráulico deve ser preservado e, nessa qualidade, ser referenciado e protegido, restando saber se em sede do PDM (inventariação ou classificação de âmbito municipal), ou se com uma graduação nacional. Se atentarmos no PDM, ao nível da ‘Carta Municipal do Património Arquitetónico e Paisagístico’, verificamos que só os chafarizes estão

⁴¹ Como acontece, por exemplo, com o património mineiro e arqueológico-industrial.

⁴² « (...) geossítio não é mais do que a ocorrência de um ou mais elementos da geodiversidade (afloramentos esses quer resultado da ação de processos naturais, quer de processos de intervenção humana), bem delimitado geograficamente e acima de tudo que apresente um valor extraordinário, quer do ponto de vista científico, quer cultural ou outro.», Sara Flor Pereira, *Inventário das minas de água do área do Mosteiro de Tibães: proposta preliminar de hidrogeo-itinerários*, dissertação de mestrado apresentada ao Instituto Superior de Engenharia do Porto, 2010, p. 18.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

referenciados, como 'objetos singulares', não referenciando o sistema hidráulico⁴³. É contra esta situação que a JFA, num gesto de clarividência e sensibilidade patrimonial, chama a atenção das entidades responsáveis pela defesa do património cultural.

Face a tudo o que se referiu somos obrigados a colocar não apenas uma, mas várias hipóteses no que respeita à (eventual) classificação⁴⁴, com uma graduação nacional, no âmbito do sistema hidráulico da Ajuda-Belém, nomeadamente:

1. Classificar a Mina do Palácio e a Mina do Mirante, como propõe a JFA, pelo facto de estas minas se sobreporem parcialmente e por se relacionarem com o complexo palaciano, diretamente a primeira, indiretamente a segunda, nomeadamente com o Jardim das Damas e com o edifício da antiga biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda;
2. Classificar somente a Mina do Palácio, por abastecer o Palácio Nacional da Ajuda, a que se soma a relevância patrimonial da arca d'água e o sistema de galerias, com os seus respiradores e poços de visita;
3. Classificar a Mina do Palácio, a Mina das Sardinheiras e a Mina do Pátio das Cozinhas, por serem as minas que abasteciam dois imóveis classificados, respetivamente o Palácio da Ajuda, no caso da primeira mina, e o Jardim Botânico, no caso das outras minas⁴⁵;

⁴³ Na realidade – em Lisboa como em muitos locais do país –, logo que foi possível substituir as redes antigas de captação / distribuição, pelos novos sistemas (Alviela e Castelo de Bode, no caso de Lisboa), muito mais eficientes, as antigas redes hidráulicas foram abandonadas à sua sorte.

⁴⁴ O colocar de várias hipóteses / soluções de classificação dificulta (a tomada de decisão) e fragiliza (o procedimento) mas, por uma questão de coerência, considerámos pertinente fazê-lo.

⁴⁵ O critério de classificar um sistema hidráulico (ou mina na terminologia que estamos a utilizar) por abastecer um bem imóvel classificado, levou-nos a colocar a hipótese de integrar na presente proposta as minas do 'Pátio das Cozinhas' e das 'Sardinheiras', uma vez que abastecem (ou abasteciam) o Jardim Botânico e o Paço Velho (Quinta de Cima). Pelo facto de serem estruturas mais simples e por haver menor conhecimento do seu estado de conservação, decidimos não as incluir na presente proposta. No entanto, refira-se a propósito que o parecer do Professor José Manuel Mascarenhas chama a atenção para a sua importância: «Para uma abordagem integrada do sistema hidráulico palaciano, haverá também conveniência em considerar além

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

4. Classificar, cumulativamente, as quatro minas referenciadas: Palácio, Mirante, Sardinheiras e Pátio das Cozinas.

Ao recorrer à DGPC, a JFA tomou a opção, que se compreende, de só propor dois dos vários aquedutos / minas existentes. Afigura-se-nos como o início de um processo que visa chamar a atenção para este tipo de património.

A classificação da Mina do Palácio afigura-se-nos óbvia, quer por abastecer o Palácio da Ajuda (MN) e o Jardim das Damas (incluído no conjunto da 'Zona circundante do PNA' – IIP), quer por incluir a arca d'água / cisterna, uma peça de arquitetura que merece ser classificada, até pelos riscos de perda em que se encontra, dissimulada no meio de construções abarracadas de génese ilegal⁴⁶.

Quanto à Mina do Mirante, as razões da sua seleção não são tão evidentes nos argumentos da exposição (RIPCBN), mas depreendemos que o facto de ser a mina mais extensa e o seu traçado ser próximo, inclusive com sobreposição à Mina do Palácio, pesou nessa decisão.

Refira-se ainda que estes dois sistemas, tanto quanto hoje se conhece, apresentam-se relativamente completos, faltando essencialmente os troços que atravessavam o Bairro 2 de Maio, que foram desmantelados aquando da sua construção nos anos 70. Estes troços corriam quase à superfície e eram constituídos por manilhas de barro vidrado, logo de muito difícil conservação, face à sua grande exposição e fragilidade⁴⁷.

Ponderadas as várias hipóteses, optamos por propor superiormente a classificação nos termos do pedido que nos foi apresentado pela JFA, quer pelo facto de este se apresentar particularmente bem

do Aqueduto da Ajuda e respectivas captações, as minas de água situadas no Jardim Botânico e na área atualmente ocupada pela GNR. Na mina localizada nesta última área, existe uma conduta direccionada para o Palácio e, no que respeita às minas do Jardim Botânico, a do lado nascente encontra-se situada no Pátio das Damas do antigo Paço Real (Real Barraca).

⁴⁶ Ver fotografias no RIPCBI, pp. 26 e 31.

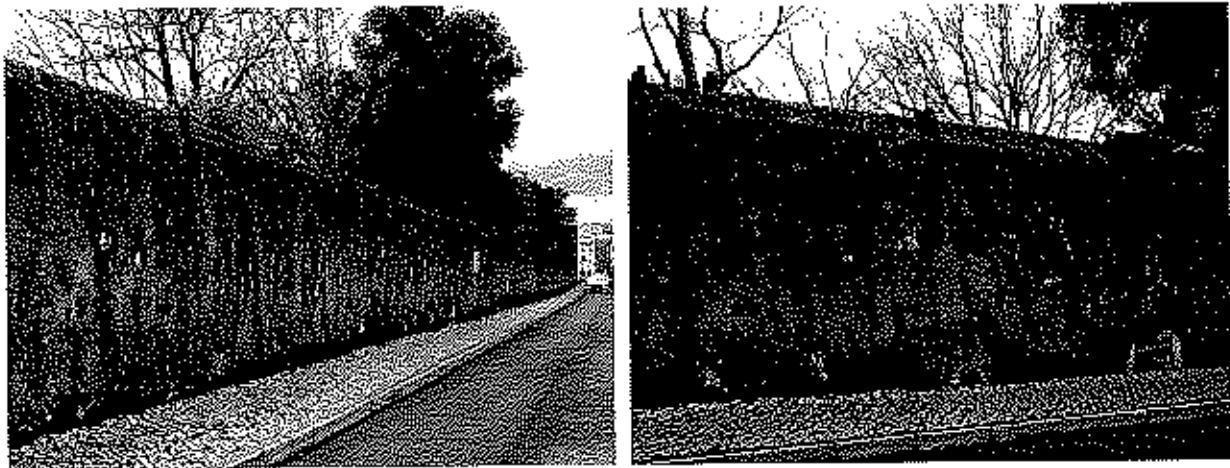
⁴⁷ O conhecimento atual dos troços finais destas duas minas baseia-se, em grande medida, na informação retirada da *Notícia acerca das águas do almoxarifado d'Ajuda* (1905) que, como se verificou com as recentes investigações da equipa promovida pela JFA, não é absolutamente fiável.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

instruído e fundamentado, tendo dado azo a uma sólida investigação que permitiu consolidar os conhecimentos sobre estas minas, quer pelo facto das restantes minas (Sardinheiras e Pátio das Cozinhas) não estarem devidamente estudadas, havendo incerteza acerca dos seu estado de conservação, constituição e percurso, até pelo facto de apresentarem menos estruturas à superfície.

No entanto, no que respeita à Mina do Mirante, propomos a subtração do seu troço final, no casario do Largo da Ajuda / Rua de Dom Vasco, cujo aqueduto corria superiormente ao muro existente que delimitava a desaparecida Quinta do Seminário⁴⁸. Nesta perspetiva, julgamos não fazer sentido pugnar por conservar uma realidade (o muro), quando já não existe a razão (o aqueduto), hipotecando a possibilidade da eventual reconversão de uma realidade (a antiga quinta), de acordo com os interesses e valores que o futuro nos reserva. É, obviamente, uma solução discutível, pelo que chamamos à atenção dos decisores, para se refletir sobre a validade de esta opção.



FIGURAS 19 E 20 – Vistas do muro da antiga Quinta do Seminário, na Rua de Dom Vasco, com os suportes da conduta pertencente à Mina do Mirante.

⁴⁸ Ver figura 23.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



FIGURAS 21 E 22 – Vistas do casario e muro da antiga Quinta do Seminário, na Rua de Dom Vasco.

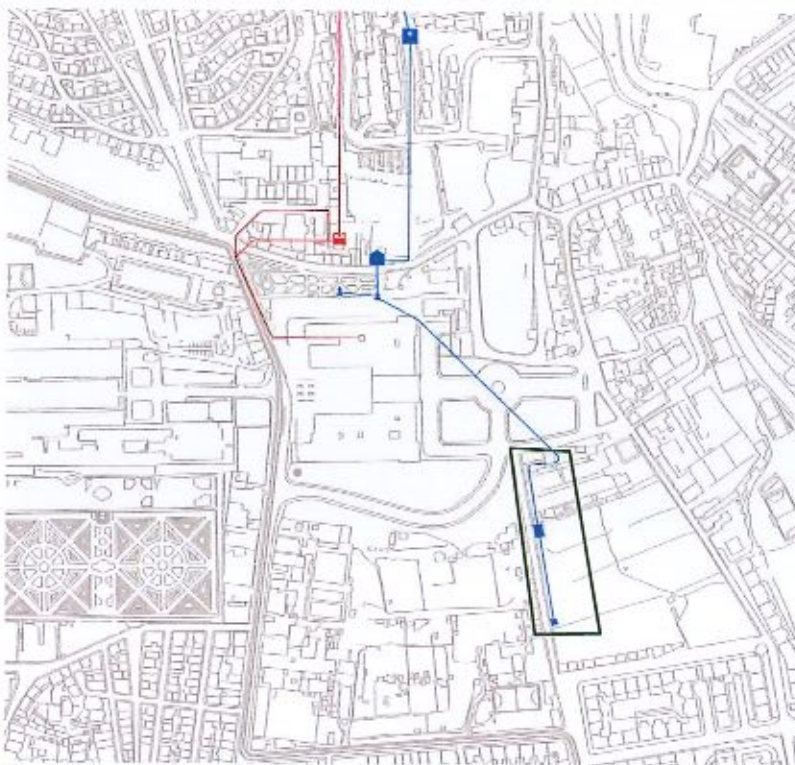


FIGURA 23 – Planta com os troços finais das minas do Palácio (linha encarnada) e do Mirante (linha azul), com indicação do troço por nós suprimido (polígono verde) nesta última mina.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



(em baixo) Planta das minas e encanamentos de água do Almoxarifado da Ajuda. (localização sobre vistas aéreas actuais: em cima, zona a sul do Palácio; na página seguinte zona norte)

FIGURA 24 – Planta das minas e encanamento de água do Almoxarifado da Ajuda - localização sobre vista aérea atual [fonte: Nuno Ludovice, «Freguesia da Ajuda, Memória e marcas de água no tempo e no espaço», p. 60, *Actas do Colóquio Ajuda – O espaço, o tempo, a sociedade*].

7.3. CRITÉRIOS DE VALORAÇÃO

- O modo particularmente informado da proposta de classificação, com profunda pesquisa documental e territorial, bem como o facto de se tratar de uma entidade pública (junta de freguesia) com responsabilidade sobre a gestão do território, a que se somam os dois pareceres de



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

especialistas que são particularmente afirmativos no interesse patrimonial e, conseqüente, necessidade da sua proteção;

- O caráter técnico (geologia, engenharia e arquitetura) destas estruturas hidráulicas, como resultado de um conhecimento ancestral na captação, condução e distribuição de água;
- A dimensão socioeconómica que estas estruturas tiveram no bem-estar social da época – como abastecimento público – e o seu contributo para o desenvolvimento das áreas urbanas que serviram;
- Estas minas fizeram parte de um sistema hidráulico que contribuiu, de sobremaneira, para a instalação da Família Real e, por conseqüência, do aparelho do Estado, bem como a construção dos palácios reais (Real Barraca e Palácio de N.ª S.ª da Ajuda), no sítio da Ajuda;
- O desconhecimento e o não reconhecimento destes sistemas hidráulicos acentua o risco da sua mutilação / destruição;

A sua classificação configurar-se-á como um reconhecimento que pode (deve) contribuir para ações de reabilitação e conseqüente visibilidade e usufruto, por parte dos cidadãos, de um património relacionado com um recurso vital, evidenciando a dificuldade e conseqüente engenho na sua obtenção, por parte das sociedades do Antigo Regime, numa mensagem que adquire cada vez mais atualidade e importância, face ao dramático fenómeno das alterações climáticas.

7.4. DELIMITAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

Como referimos, na área em referência existem dois bens imóveis classificados, o 'Palácio Nacional da Ajuda' (MN) e a 'Zona circundante do Palácio Nacional da Ajuda (Jardim das Damas, Salão de Física, Torre Sineira, Paço Velho e Jardim Botânico)' (HP). Este último bem é constituído, como refere o título e se verifica pela respetiva planta, por vários elementos dispersos pelo território. Face a esta realidade, duas opções se nos colocam:

1. Propor a extensão desta última classificação, de modo a incluir as duas minas em referência;
2. Propor a classificação das duas minas, independentemente das servidões existentes.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

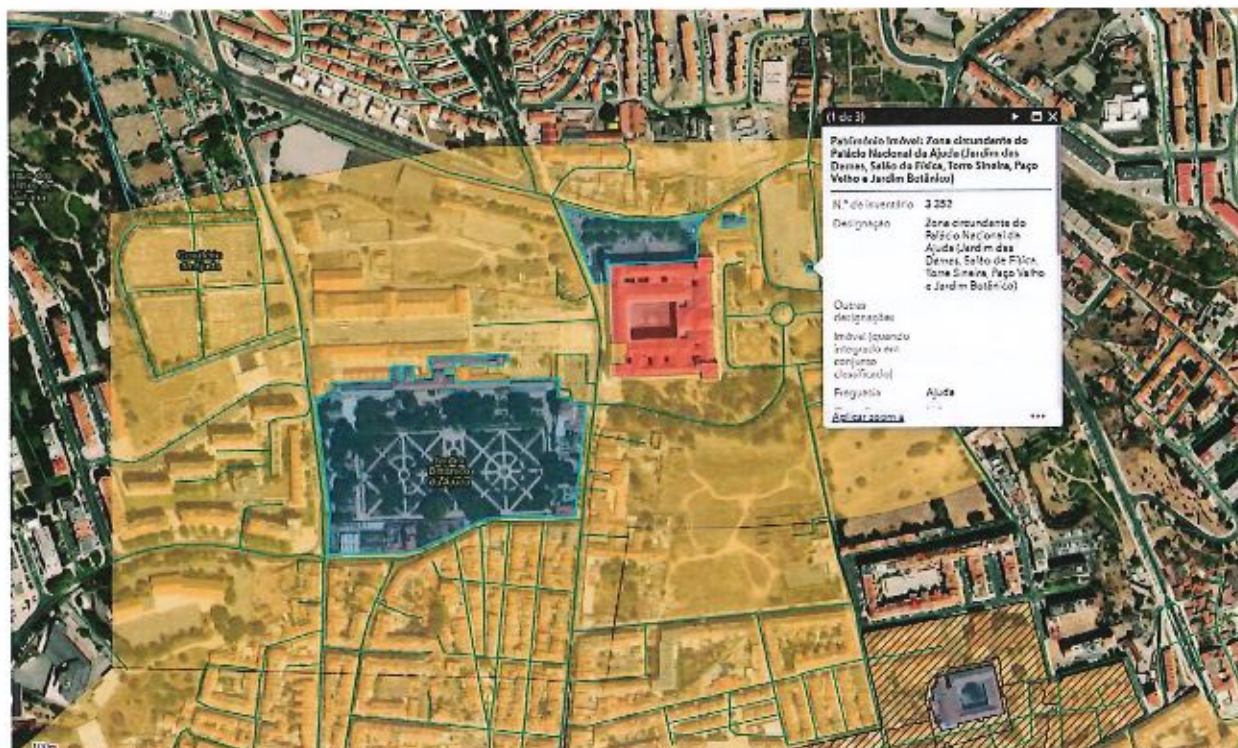


FIGURA 25 – Vista parcial do Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação, que evidencia as servidões na área em análise [fonte: DGPC].

Na presente fase – abertura do procedimento de classificação –, optámos pela segunda solução por ser mais simples, uma vez que não interfere com as servidões existentes. Atente-se que o bem imóvel em referência (minas do Palácio e do Mirante) compreende um conjunto de estruturas essencialmente subterrâneas que, no seu percurso, atravessam os dois bens imóveis classificados e a respetiva ZEP, o que coloca naturais dificuldades de gestão. A opção tomada coincide com outros exemplos da mesma tipologia, como é o caso do ‘Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados’ (MN), que no seu percurso atravessa (ou sobrepõe-se) a outros bens imóveis classificados sem deles fazer parte.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

8. PROPOSTA DE DECISÃO

Face ao exposto, e tendo em consideração os critérios genéricos de apreciação que constam do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, para a classificação de bens culturais, bem como os valores que o interesse cultural relevante que um bem deve necessariamente refletir, de acordo com o n.º 3 do artigo 2.º da mesma lei, tendo em conta o universo patrimonial nacional, nomeadamente os bens culturais com a mesma tipologia e cronologia, consideramos que o conjunto 'Minas d'Água da Ajuda – Minas do Palácio e do Mirante', reflete os seguintes critérios: *d) O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos; e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem; f) A conceção arquitetónica, urbanística e paisagística; h) A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica e i) As circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem.*

Assim, no âmbito da proteção do património cultural, e atendendo ao valor de civilização e cultura acima reconhecidos, propomos a **abertura do procedimento de classificação das 'Minas d'Água da Ajuda – Minas do Palácio e do Mirante'**, em Lisboa, freguesia da Ajuda, concelho e distrito de Lisboa, conforme planta em anexo.

À Consideração Superior,



Paulo Duarte, arquiteto

Minas d'Água da Ajuda - Minas do Palácio e do Mirante

Lisboa

Freguesia da Ajuda

Concelho de Lisboa

▀ Proposta de delimitação do conjunto a classificar (em estudo)

▭ Zona geral de proteção (ZGP) a criar

